**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2020, ÀS 17H, NO GABINETE 116 DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Boa tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes, até este momento, os Deputados-membros desta CPI Valdir Cobalchini, Ivan Naatz, Kennedy Nunes e Fabiano da Luz, e remotamente participam os Deputados Moacir Sopelsa, Milton Hobus e este Deputado.

Temos algumas considerações a fazer em relação ao material que o Deputado Ivan Naatz disponibilizará aos Deputados. O pré-relatório será impresso e mandado de forma individual, com marca d’água, com o nome do Deputado a quem se destina. Essa é uma medida de segurança para que esse material não acabe parando na imprensa e ela comece a fazer um trabalho que seria o da própria Comissão, apresentando resultados antecipados, enfim.

Então eu pedi para a presidência...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Até porque é preliminar, né, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Isso. A gente sabe que é preliminar, mas se estiver na mão da imprensa, ela vai passá-lo de preliminar e querer se adiantar ao trabalho, podendo ser mais tarde utilizado como peça para recurso da própria defesa dos envolvidos no processo da CPI.

Então esse é um dos comunicados, dando essa garantia e essa segurança para que os Deputados possam estudar melhor e para que até segunda-feira, às 17h, encaminhem à relatoria qualquer tipo de alteração ou de indicações a serem feitas para possíveis alterações, a fim de que na terça-feira, ao meio-dia, tenhamos o nosso parecer final pronto.

Daqui a pouco esse material, o pré-relatório, estará nas mãos dos senhores, ele está sendo impresso, sendo que para alguns será enviado, mas que todos possam estudar o assunto durante o final de semana, porque os membros natos têm essa prerrogativa de dizer se concordam ou não com determinado ponto, ou que é preciso estudar melhor uma questão, ou que é preciso trazer algum outro fato, mas que isso seja feito até segunda-feira, às 17h, para que o Relator possa ter o conforto de trabalhar, a tranquilidade – e não existe muita tranquilidade fazer isso na segunda à noite e na terça pela manhã, o tempo é escasso, mas trazer essa tranquilidade para o Relator –, a fim de que possa apresentar o relatório final na terça-feira, às 17h.

Foi pedido ao Presidente Julio Garcia a disponibilidade do plenário para que possamos realizar ali a nossa reunião de terça, bem como seja estendido o convite para participar a todos os demais Deputados, tendo em vista que eu acredito, e eu tenho acompanhado todos os pareceres que são emitidos pelos órgãos de imprensa, que a nossa CPI foi algo extraordinário mesmo, algo que passou da média não só de visibilidade, de acesso, mas de credibilidade, então ela merece, sim, uma finalização a altura, que a gente consiga dar um brilho a mais, e por isso eu pedi o plenário, até porque lá tem um número maior de câmeras, mais ângulos.

A única coisa que eu gostaria de discutir com os senhores aqui, se a gente conseguir entregar esse relatório no final da terça-feira, e está tudo planejado para isso, é qual o tempo que será concedido a cada um dos membros natos da Comissão, tentar estipular um prazo de quantos minutos cada um terá para falar, para que não entremos na noite realizando a reunião.

A minha sugestão, não é uma indicação, é que cada Deputado, membro nato da CPI, tenha dez minutos e os demais Deputados que desejarem se manifestar tenham três minutos. São sugestões minhas e deixo para a discussão dos senhores essa questão do tempo a ser utilizado por cada um dos Deputados na terça-feira.

Com a palavra os senhores.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Presidente, o Deputado João Amin está presente aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Bem-vindo, Deputado João Amin.

Deputado Milton Hobus?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Eu só cumprimentei o Deputado João. Mas para mim está ótimo o tempo de dez minutos. Não precisa mais tempo do que isso não.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Eu também quero concordar, Presidente. Acho que o tempo de dez minutos está de bom tamanho. Nós já falamos bastante ao longo dos trabalhos da CPI e acho que podemos resumir as horas que nós falamos em dez minutos. De minha parte está tudo certo.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Tem que ler o relatório inteiro, João?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Obviamente com exceção do Relator, né, porque ele tem que fazer a leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Acho que poderia preparar um resumo dos principais tópicos, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O Deputado João Amin está dizendo que poderia ser preparado...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É mais trabalho, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Não, ele está perguntando...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É que são quatrocentas páginas.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Mas ele está perguntando se precisa ler o relatório todo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Um resumo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – Mas os principais tópicos têm que ser lidos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Eu acho que a sugestão do Deputado João aqui, o Deputado...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – O Fabiano lê tudo para ti (*dirige-se ao Deputado Ivan Naatz*) e prepara um resumo depois.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – É, é o Sub-Relator (*ri*).

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O Deputado Ivan perguntou se tem que ler o relatório inteiro. Eu também concordo com a ideia do João de fazer um resumo, né?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O relatório tem 115 páginas.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – A parte conclusiva, se puder dar uma sugestão. A parte conclusiva da CPI, não precisa ter toda a exposição de motivos, mas, Deputado Ivan, talvez fazer a leitura da parte conclusiva da CPI, deixando para trás todo o levantamento de dados.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É assim, o relatório, que já está chegando para vocês aqui, não transcreveu os depoimentos, e isso diminuiu significativamente. O relatório da CPI da Ponte tinha 1.500 páginas, sendo 1.490 de depoimentos. Então o que a gente fez? Colocamos os depoimentos como anexo e só tiramos dos depoimentos e colocamos na peça aquilo que a gente entendeu que era fundamental para a conclusão dos trabalhos.

Nós temos que compreender o seguinte: o relatório da CPI tem quesitos legais que devem ser preenchidos, como o histórico, as prerrogativas, os trabalhos, o relatório do trabalho, isso tudo, tem uma lista de elementos que, obrigatoriamente, deve constar no relatório. O relatório tem 115 páginas...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Tem formalidades que precisam ser cumpridas.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Isso, muito bem, formalidades que precisam ser cumpridas.

Então o relatório tem 115 páginas e eu não vejo dificuldade em ler as 115 páginas, cada um lê 10 páginas, 15 páginas e em vinte minutos está resolvido. O relatório já é um resumo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Certo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Tá ótimo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Então ficamos acordados dessa forma.

E mais uma questão, a segunda que eu levantei: se ao término da leitura e ao término do uso da palavra pelos membros natos da Comissão, possamos estender a palavra no tempo de três minutos para os demais Deputados que não fazem parte da CPI. Os senhores concordam com isso?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Claro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Nem todos vão querer falar.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Três mais três, é isso?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – É bom os colegas poderem dar a sua opinião.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Para quem não é da CPI.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Pois é, mas daí mais três...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Não, não, três.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Só três.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É, eu acho que sim, até para envolver quem quiser também.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – É.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Claro, claro, todos votarão depois em plenário.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Claro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – E dificilmente (*ininteligível*) quem não está na CPI, né?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Porque assim, a gente tem ouvido e lido os depoimentos nas redes sociais de outros Deputados que estão parabenizando o nosso trabalho. E são pessoas parceiras nossas ali dentro, que nos acompanham em outras demandas. Então eu acredito...

Eu só fiz essa sugestão por achar justo. Às vezes é para dar uma abrilhantada, né, e porque o nosso trabalho foi duro, levou tempo. Então esse reconhecimento para os membros da CPI é muito importante. Eu acredito nisso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – De acordo, senhor Presidente.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Até porque teve Deputado que não é da Comissão que apresentou requerimento, apresentou sugestões, e de repente quer...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Isso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – De repente quer fazer algum tipo de apontamento, né? Acho interessante isso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Os relatórios chegaram.

(*A assessoria do senhor Relator entrega a cada Deputado presente e aos assessores designados dos Deputados que participam remotamente a cópia do relatório prévio da CPI.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Gente, como eu disse, os relatórios estão sendo entregues com a marca d’água, eu acredito que a marca d’água já tenha vindo com o nome do Deputado por questão de segurança, pois não queremos que aconteça vazamento de informação e que o nome de um Deputado seja colocado em dúvida. Então com esse cuidado isso fica bem claro, se alguém repassar, já se vai saber a origem e a fonte de quem repassou.

Quero aproveitar para dizer que todos os depoimentos estão disponíveis no *site* para qualquer cidadão comum. Então se alguém ficar pedindo o depoimento do fulano, o depoimento do sicrano, qualquer um de nós Deputado pode falar para acessar o *site*, que está livre lá, com exceção do material que é sigiloso e dos dados que foram fornecidos pelo Ministério Público e pelo Coaf.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Bom, agora de posse do relatório, antes de falar com vocês quero agradecer a minha equipe de trabalho, a doutora Silvia e o doutor Alex, que ajudaram na construção (*palmas*), todos os Deputados aqui sabem que quem trabalhou de verdade foram os assessores, o doutor Fortkamp também que nos ajudou na construção, e o objetivo, pessoal, é buscar a unanimidade.

Então, qualquer problema que houver no relatório, qualquer alteração que os senhores acharem necessária fazer, nós vamos fazer. Já fica aqui o pacto de que nós vamos fazer. Precisa alterar isso ou aquilo? Vai ser alterado. O que nós vamos buscar é a unanimidade do relatório, fazer uma votação unânime, não ter divergência. Por isso que é apresentado esse relatório preliminar, para que todos tenham a oportunidade de entender o que eu entendi do processo.

Uma coisa que nós precisamos compreender é que nós temos uma força-tarefa trabalhando em paralelo. Então, muito do que tem lá é o que a gente apanhou aqui, então não tem como fugir muito do que foi feito lá e do que a gente tem aqui, os fatos são os mesmos. Mas a grande diferença da CPI é que aqui na CPI a gente pode investigar o Governador por crime de responsabilidade e lá eles não podem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Deputado Ivan Naatz, por gentileza...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu peço desculpas aos Deputados, mas para que eu possa completar a agenda passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Cobalchini, já que eu estou no meio de uma agenda aqui em Mafra.

Fica aqui o meu agradecimento a todos, que também vou fazer posteriormente, mas existe algum problema para os senhores se assim fizermos, para que eu possa concluir a minha agenda?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Claro, fique à vontade, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Tá liberado, Presidente.

(*Os demais Deputados concordam.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado. Fiquem com Deus e um forte abraço. Brasil!

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Vou tentar responder à altura.

(*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, desconecta-se da videoconferência.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Gostaria de anunciar a presença, mesmo que remota, do Deputado Felipe Estevão.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO** – Estou na escuta, meus amigos, sempre com o espírito colaborativo. Estou aqui para cooperar e servir da melhor maneira os amigos.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então, o que acontece, pessoal? Esse material foi feito com aquilo que a gente tem da força-tarefa mais o que colhemos aqui de depoimentos. Então é um misto de coisas e têm uma diferença grande. Se alguém perguntar se a força-tarefa não está fazendo o trabalho, se nós não fizemos o mesmo trabalho, a resposta é não. A força-tarefa fez o trabalho dela, nós usamos parte do material dela para a nossa investigação, a força-tarefa também usou parte do material da CPI para fazer a sua investigação, reinquiriu muitas pessoas, solicitou vários documentos que saíram de conversas aqui da CPI, então as duas coisas se encaixaram. E tem uma diferença fundamental aqui, que é o fato de a CPI poder investigar o Governador, enquanto que a força-tarefa não pode fazer isso, pois ele tem foro privilegiado lá do STJ. Então essa é a grande diferença da CPI.

Outra coisa: eu gostaria de ter tipificado cada um dos crimes, inclusive eu tipifiquei cada um dos crimes, mas nós chegamos ao consenso de que tipificar os crimes poderia nos colocar numa rota de colisão com a Lei do Abuso de Autoridade. Então, para não correr nenhum risco, não colocar ninguém em risco, não tipificamos os crimes de ninguém, exceto o do Governador no crime de responsabilidade, não no crime, porque o Governador tem foro privilegiado no crime, ele não tem é no crime de responsabilidade.

Então vocês vão ver aqui com cuidado, né, porque a gente fez esse trabalho sempre preservando essa garantia, foram feitos... eu relatei cada um dos envolvidos nesse processo, tem uma atenção especial para o caso da participação do Governador Carlos Moisés. Vocês vão ver, a partir da página 91 a gente conclui pela participação do Governador de forma direta e indireta na quebra do princípio da eficiência, que é o que rege toda a administração pública. O Governador tomou conhecimento dos fatos e não tomou nenhuma medida para impedir que os cofres públicos fossem lesados.

E nesse ponto, a meu ver, ele infringe o princípio da eficiência, que é cláusula da Constituição Federal, no artigo 37. O princípio da eficiência foi quebrado nesse sentido: falta de zelo, de cuidado, falta de medidas administrativas, o Governador foi alertado, foi avisado, o Secretário falou para ele, o Presidente do Tribunal de Contas falou, ele recebeu documentação, ele recebeu instrução e, simplesmente, não fez absolutamente nada. E quem disse que ele não fez nada foram os próprios Secretários que passaram por aqui e disseram que o Governador não tomou nenhuma posição.

A gente faz uma entrada para falar daquela questão que a gente já decidiu, que o Governador mentiu, né? E os reflexos dessa mentira, então, estão arrolados aqui para apontar a falta de vigilância do Governador nesse processo. Eu digo aqui que não há dúvida deste Relator de que conforme o depoimento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Adircélio, que o advertiu das medidas que deveriam ser acauteladas, essas medidas foram completamente ignoradas o que permitiu o milionário desvio de recursos.

Fazemos também uma observação de que o Governador pode, sim, ser investigado pela CPI, não há impedimento nenhum nesse sentido, quando do cometimento do crime de responsabilidade, e aponto a remessa desse nosso inquérito para a presidência da Assembleia Legislativa para, daí para frente, ela tomar as medidas necessárias para averiguação do crime de responsabilidade.

A gente também inova aqui com o dano moral coletivo. Eu faço um apanhado do dano moral coletivo, que é a sensação que os catarinenses têm do Estado, na minha visão. A gente tem a sensação de que o Estado tem que funcionar, que o Estado funciona, que as pessoas estão de bem, que elas têm boas intenções, um Estado construído por pessoas de bem, e na medida em que dentro do Estado se permite que um dinheiro que é destinado à pandemia, para cuidar da saúde pública, seja desviado, há uma sensação, a meu ver, de desgosto com a estrutura governamental, e esse desgosto é representando pelo dano moral coletivo, e o relatório pede que o Ministério Público processe e represente essas pessoas pelo dano moral coletivo, além da responsabilidade civil de cada um.

Ao final, o que eu faço? Eu faço o indicativo de participação do César Augusto, do Douglas Borba, do Fábio Guasti, do Helton de Souza, do Leandro Barros, da Márcia Regina Pauli, que eu reputo a principal autora desse troço, do Pedro Nascimento de Araújo, da Rosemary Neves de Araújo, do Samuel Rodovalho, do André Motta Ribeiro, do Carlos Campos Maia, do Carlos Roberto da Costa Junior e do José Florêncio da Rocha.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Em que página está isso?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Está na 111.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – André, onde está o André?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O André é o primeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Na 110.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Na 111.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O André está na 111. Aqui ó...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Ah, tá, tá.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Na 111 o André.

E quais os encaminhamentos, lá no final? Ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Julio Garcia, para que tome as providências com relação ao crime de responsabilidade; ao Procurador-Geral da República, Augusto Brandão de Aras – a quem acho que deveríamos entregar pessoalmente, é uma coisa que vamos ter que acertar depois de votado o relatório -, para análise do processo do crime do Governador; ao Procurador-Geral de Justiça, Fernando Comin, para providências que são cabíveis ao Ministério Público; e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Adircélio de Moraes. E falta aqui...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – O material vai ser encaminhado?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É, vai ser...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – É para quem o material vai ser encaminhado?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É, e providências.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – A Polícia faz parte da força-tarefa também, né? O Delegado-Geral...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Faltou aqui o (*ininteligível*), Polícia Civil, né, Delegado-Geral e...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – TJ não?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Acho que não, né? O TJ é um órgão julgador. E UF, faltou na verdade esse aqui, que é o Secretário da Administração, por causa da perda dos cargos públicos para aqueles servidores que a gente identificou aqui como culpados e têm função pública, cargo público.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – A aplicação do Estatuto do Servidor.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É.

Tem uma coisa que eu gostaria de discutir com vocês aqui e que não constou do relatório. Quando o Helton Zeferino esteve aqui, a gente discutiu que ele teria feito o curso de Medicina no período em que ele era oficial, que alguém dentro do quartel teria permitido isso, essa parte aí do Helton Zeferino ter feito o curso de Medicina quando era Tenente. Qualquer um sabe que um curso de Medicina não pode ser feito... não tem como fazer um curso de Medicina e ser (*ininteligível*). Alguém facilitou isso para ele.

Vale a pena a gente fazer constar isso no relatório para comunicar a Polícia Militar para investigação ou não? Essa é uma coisa que eu queria... não coloquei aqui, mas queria discutir com vocês.

No mais, era isso aí.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Eu não sei se deve estar no relatório da CPI, mas fazer quem sabe alguma coisa fora, extra...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Extra-relatório.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Porque a gente tomou conhecimento, né? Vocês sabem, a gente tomou conhecimento de um fato e tem a obrigação...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – E diz que isso é comum, né?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Oficiar para que esse...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Posso colocar aqui, ofício à Polícia Militar para... a CPI tomou conhecimento desse fato e...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Acho que isso daí pode ser um trabalho fora do relatório, tipo um pedido de informação, como resultado da CPI, um pedido de informação assinado pelos componentes (*ininteligível*) saber quais são os...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – É, não vamos fazer parecer um caça às bruxas, não é, gente?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Não, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Vamos nos ater ao fato, ao episódio da compra dos respiradores. Isso aí é até um item pra gente, como Parlamentar, tentar disciplinar por lei, porque é muita moleza. O próprio Governador fez o curso de Direito enquanto era bombeiro, fez o curso de Direito matutino, ele ia na aula de manhã. Como é que conseguia conciliar com o horário de trabalho?

Então, existe muita facilitação e eu acho que nós, Legisladores, podemos cuidar disso à parte, já que nós tomamos conhecimento. Até para não parecer um negócio muito... de a gente querer um caça às bruxas de outras coisas que não têm a ver com o objeto da CPI.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – E na página 114, verso, a gente tem a legislação que foi infringida. A gente poderia incluir aqui o crime às pessoas, mas daí a gente incorreria naquele fato do...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O risco do abuso de autoridade.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Então está em separado aqui os crimes que foram cometidos ali nas referências legais.

E agora o Kennedy.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Bom, a última parte foi dada uma missão, para que eu pudesse coordenar e graças à assessoria também, que ficaram mastigando, nós fizemos em duas partes: uma parte é para a mudança da Lei 8.666. Não tem como proibir o pagamento antecipado, mas fazer garantias, e a ideia é, se aprovado, a Comissão levar para o Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Congresso, porque tem que ser modificado lá.

E também nós fizemos outras recomendações com relação a mudanças aqui, locais. Por exemplo, um pedido para que o governo cumpra uma lei que foi aprovada por nós da Controladoria-Geral do Estado, pois na reforma administrativa foi criada a Controladoria e ele tinha que mandar para cá um projeto de lei para regulamentar, e não houve essa regulamentação, o que nós estamos pedindo, porque a participação da Controladoria foi importante, tanto no processo de omissão quanto depois, de expulsão, né? Lembram que ele disse: vocês estão investigando a lavanderia de hospital, saiam daqui.

E, por último, uma sugestão no SGPE: para que todos os processos que são desentranhados permaneçam no processo com uma tarja, inutilizado, mas que eles permaneçam no SGPE.

Essas foram as três linhas de trabalho da equipe, Relator.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Ótimo, perfeito. Parabéns também.

Enfim, acho que é isso aí. Se alguém tiver...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – O.k. Fabiano?

(*O Deputado Fabiano da Luz gesticula com a cabeça concordando.*)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Então só para confirmar, pelo que eu entendi, se alguém quiser apresentar alguma mudança, terá até segunda, às 17h.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Até as 17 h por escrito, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Por escrito. Coloca lá no grupo, como é?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Não. Acho que deveria entregar ali na secretaria, né, por escrito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Mas é que para quem está no interior é complicado.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Mas daí por mídia eletrônica.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – Manda por *e-mail*.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Para não ficar em celular.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Mas o.k., por *e-mail* o.k., mas a preocupação, por exemplo, é que se eu quiser mudar alguma coisa, vou estar em Joinville e não vou me deslocar para fazer...

(*O coordenador das Comissões, Leonardo Lorenzetti, manifesta-se fora do microfone orientando para ser encaminhado ao e-mail da Gerência da CPI.*)

Isso, perfeito, perfeito. Então coloca lá, Leo, que ficou decidido que as mudanças devem ser encaminhadas até segunda-feira, às 17h, pelo tal *e-mail*.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Deputado Felipe Estevão, designe alguém do seu gabinete para buscar o relatório.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO** – O doutor Paulo já está... acredito até que deve estar aí presente. Já conversei com ele hoje cedo. Ele vai me passar o relatório e quero ler com calma, vou estar debatendo com ele também.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Tá o.k., valeu.

Deputado Sopelsa, alguma observação?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – Todos estão com essa indicação? (*Refere-se às últimas páginas do relatório preliminar.*)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – A indicação é a última.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – Sim, mas eu estou com duas folhas aqui.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Ah, é. João, veja se na penúltima página tem indicação.

Faltou para o Felipe Estevão...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Tudo certo, Deputado Sopelsa?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO** – O doutor Paulo Madeira é o nosso advogado da bancada, acho que está aí.

(*A assessoria do senhor Relator explica que algumas folhas do final do relatório ficaram grudadas no momento de montar.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Deputado Milton, tudo bem? Alguma manifestação?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Tudo bem, Cobalchini. O Neto está aí, já pegou o material e vai me mandar por *e-mail*. E eu, na terça-feira, estarei aí com vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – O.k.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Deputado Cobalchini, o doutor Sandro pega com vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Já está aqui.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Quero apenas fazer uma colocação na questão do doutor Adircélio, do Tribunal de Contas.

Se eu entendi bem, Deputado Ivan, vamos chamar de testemunha, o doutor Adircélio foi quem deixou mais claro que havia essa comunicação, que havia essa conversa com o Governador de não pagar antecipado, e se pagasse antecipado quais os cuidados que deveria ter, etc. E na maioria dos outros depoimentos foi colocado que o Governador não tinha conhecimento. Então a nossa testemunha mais forte quanto ao conhecimento do Governador é o Presidente do Tribunal de Contas. É isso?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – É isso. Foi baseado principalmente nisso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – O.k., fico satisfeito.

Outra questão, Deputado Kennedy, eu não conheço e não sei se vocês têm conhecimento disso, mas nunca ouvi dizer e não conheço na 8.666 a possibilidade de fazer pagamento antecipado, mesmo em pandemia. Não sei se tem essa possibilidade, tá? Acho que é proibido em qualquer situação fazer pagamento antecipado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Tá certo, Deputado Sopelsa.

Antes de encerrar, só uma dúvida: alguém teve acesso a alguma coisa lá no STJ?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Está parado o processo, não tem nenhum despacho.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Só para dividir com vocês, né, não sei se todo mundo ouviu, está parado, não teve nenhuma movimentação e nós não tivemos... está sob sigilo... não?

(*O coordenador das Comissões, Leonardo Lorenzetti, informa ao senhor Presidente que está desde o dia 27 no Ministério Público Federal.*)

Está desde o dia 27 de julho no Ministério Público Federal.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O que se responde para o Deputado Sopelsa lá?

(*O coordenador das Comissões, Leonardo Lorenzetti, informa que o Tribunal de Contas da União e o TCE, com a pandemia, abriram precedente para o pagamento antecipado mediante garantias.*)

Deputado Sopelsa, para responder, e o Leo está nos ajudando aqui, é que esse pagamento antecipado foi aceito pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal por conta da pandemia. Então não tem na 8.666, mas tem hoje a excepcionalidade.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Uma resolução do Tribunal de Contas.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Uma resolução do Tribunal de Contas. E agora a gente está aprimorando isso por conta das garantias. O grande problema dessa compra aqui foi a falta de garantia.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – É isso aí.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Está esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini)** – Bastante debatido por esta CPI este assunto.

O.k.?

Nada mais havendo a tratar, encerramos esta reunião, convocando outra para o próximo dia 18, às 17h, no plenário deste Poder. (*Palmas*.) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA**

**PRESIDENTE**